



Anais da Assembléia

N.º 42

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 1983

ANO IX

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1983**

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França e Tuguio Setogutte (36), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Artagão de Mattos Leão, Caíto Quintana, Donato Gulín, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Tércio Albuquerque (21), e em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, solicitando a instalação de agências do Banco do Estado do Paraná S/A, nos Distritos de Virmond e Nova Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

As localidades de Virmond e Nova Laranjeiras, são dois progressistas distritos do Município de Laranjeiras do Sul, que se ressentem da ausência de agências bancárias capazes de facilitar a vida financeira da população, principalmente os agricultores e comerciantes.

Seria oportuno que o conglomerado BANESTADO, hoje experimentando excepcional fase de expansão através da abertura de novas agências, também contemplasse os Distritos

de Virmond e Nova Laranjeiras, com a instalação de novas unidades capazes de fomentar o maior progresso daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde e ao Ministro da Previdência Social, solicitando que os mesmos envidem esforços no sentido de implantar em Campo Mourão, um hospital regional.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é sede de micro-região da CONCAM, onde habitam mais de 400.000 habitantes, na sua grande maioria pessoas que trabalham na agricultura, sendo que mais de 50 por cento desse total é "bóia fria" portanto todos carentes de assistência social e hospitalar.

Diga-se também que essa região que é essencialmente agrícola produz uma gama de grãos colaborando decisivamente para o crescimento não só do Estado do Paraná, mas também para que o País possa arrecadar mais divisas e cumprir seus grandes compromissos. Mas para que esse desenvolvimento não pare é necessário e urgente se atender a grande massa carente que colabora com o nosso desenvolvimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde solicitando que o mesmo envide esforços no sentido de se instalar em Campo Mourão um hospital psiquiátrico.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é sede de micro-região e tem na agricultura sua grande fonte de divisas, mas em contra-partida ali nessa micro-região, a qual conta com mais de 400.000 habitantes, o número de carentes é tão grande que chega a preocupar a todos que são responsáveis pela administração da coisa pública, e não contando atualmente com um hospital para atender os mesmos, principalmente em psiquiatria, é que tomamos a liberdade de fazer essa solicitação, a qual se atendida irá colocar fim a uma lacuna de há muito ali existente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, solicite ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, as providências necessárias à instalação pelo Departamento de Trânsito - Detran, o mais breve possível, da Circunscrição Regional de Trânsito Ciretran - de Laranjeiras do Sul, repartição esta já criada pelo Decreto-Lei do Executivo, de número 4162, datado de 23 de setembro de 1981.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Embora desfrute de projeção histórica, pois já chegou a ser a capital do antigo e extinto Território Federal de Iguaçu, Laranjeiras do Sul não conquistou, ainda, sua merecida auto-suficiência no que concerne a uma série de serviços públicos. Um exemplo disto é a ausência de uma CIRETRAN, que embora já criada por decreto, ainda não foi injustificavelmente instalada.

Os dissabores que daí decorrem são os maiores, pois os proprietários de veículos se vêem obrigados a se deslocar para Guarapuava ou Cascavel, distantes mais de cem quilômetros, a fim de regularizarem emplacamentos, licenciamentos e toda sorte de documentação.

Traduzindo apelo que recebemos das lideranças locais estamos hoje, Sr. Presidente, solicitando a intervenção deste Poder Legislativo, para que o DETRAN adote as mais rápidas providências em favor da instalação da CIRETRAN de Laranjeiras do Sul, uma cidade que quer o progresso para si e não apenas vê-lo passar pela BR-277.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que, após ser ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Erasmo Garanhão, digno Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, solicitando que o mesmo determine o órgão o competente, o estudo da viabilidade da construção do prédio para abrigar a Agência de Rendas de Altamira do Paraná, obedecendo as normas que determinam disciplinas sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná, como é do conhecimento de todos, é um município recém criado, e portanto, carente de todos os benefícios necessários ao atendimento de sua honrada população.

A atual Agência de Rendas encontra-se funcionando em prédio de precárias condições, e como Altamira do Paraná promete ser um município de expressiva arrecadação fiscal, justifica-se o presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de substituição da Viatura Policial do Município de Janiópolis.

Tal solicitação prende-se ao fato de a atual viatura existente naquele município, tendo em vista o longo tempo que está em uso, vem causando grandes problemas com sua manutenção mecânica, impossibilitando um perfeito atendimento no setor de segurança daquele município.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de que sejam colocados em funcionamento, com medicamentos e equipamentos, os mini Postos de Saúde nos Distritos de Arapuã e Bredópolis, Município de Janiópolis.

Cumpra salientar, a título de esclarecimento, que os prédios dos referidos mini Postos de Saúde acham-se concluídos há mais de seis meses, e a população menos favorecida daquelas localidades, quando necessitam de atendimentos, precisam deslocar-se até a sede do município.

Requer ainda que, quando do envio de tal solicitação, seja encaminhada fotocópia do ofício do prefeito do Município de Janiópolis, de número 85/83 (cópia anexa), fazendo a mesma solicitação.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a agricultura, apesar da falta de incentivo do Governo Federal, continua a ser o grande sustentáculo da economia nacional;

Considerando que o pequeno agricultor, aquele que realmente trabalha na terra, muitas vezes sem as benesses de uma mecanização adequada;

Considerando ainda que o nosso Estado, principalmente nas regiões adjacentes às grandes cidades, a agricultura é desenvolvida através do plantio de horti-fruti-granjeiros e;

Considerando, finalmente, que os pequenos agricultores têm dificuldades de acesso às cidades ou para solução de problemas pessoais, ou para levar crianças às escolas, ou mesmo para transportar produtos horti-fruti-granjeiros e que tais dificuldades seriam solucionadas com a aquisição de veículos automotores a preços compatíveis com suas posses, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado apelo aos Excelentíssimos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura e de Indústria e Comércio, no sentido de que sejam estendidos aos pequenos agricultores, os benefícios para compras de carros à álcool, de forma idêntica aos benefícios concedidos aos motoristas de táxis.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho compreendido entre os Municípios de Missal e Medianeira.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A presente formulação é feita em virtude de sabermos que o Município de Missal é responsável por grande parte da produção de soja da região, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico de nosso Estado. É portanto de suma importância a pavimentação do trecho compreendido entre Missal e Medianeira, facilitando desta forma o escoamento da produção e a locomoção dos moradores locais.

Salientamos também o fato de que são poucos os municípios do Paraná que não possuem ligação asfáltica, se fazendo por conseguinte, necessária a sua realização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando urgentes providências no

sentido de encascalhar aproximadamente sessenta quilômetros, trecho compreendido entre os Distritos de Briolândia e Lageado

Bonito, Município de Ortigueira, neste Estado.

Requer ainda, que Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes se digne conceder duas máquinas do tipo moto-niveladoras, para reparos nas estradas rodoviárias que interligam a zona rural do município acima referenciado.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ambos os trechos rodoviários que se fizeram referências, são utilizados em larga escala pelos ônibus que realizam o transporte de escolares residentes em zona rural, bem como para o escoamento da safra de algodão e milho, produtos de ordem principal, produzidos pela região, necessitando pois, de urgentes reparos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando a criação da SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO.

Requer outrossim, o envio de cópia do presente requerimento aos Sindicatos de hotéis, com sedes nas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina, bem como aos Srs. Prefeitos e às Câmaras Municipais das referidas cidades.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Ao longo destes últimos anos, temos buscado dignificar o mandato que nos foi outorgado por uma das regiões mais importantes do nosso Estado: o Oeste do Paraná; temos a consciência absolutamente tranqüila, por entendermos que o nosso esforço não tem sido em vão, já que obtivemos grandes vitórias em nossa permanente luta pela causa pública, mediante a apresentação de propostas e projetos de inegável interesse para determinados segmentos da nossa economia.

Entre estes, podemos enfatizar o início de negociações com a EMBRATUR, em 1980, quando o Professor Miguel Collasuo, após nosso pronunciamento nesta Casa, decidiu visitar oficialmente o nosso Estado, em fevereiro de 1981, ocasião em que foram definidos detalhes da implantação de um Centro de Eventos em Foz do Iguaçu e de um Centro de Cultura e Turismo, em nossa Capital.

Não seria ocioso enfatizar, por outro lado, que essa nossa preocupação com o desenvolvimento do turismo em nosso Estado, remonta há mais de uma década, já que antes de ocuparmos este honroso cargo de Deputado Estadual, tivemos a oportunidade de haver sido eleito Vereador e ocupado o cargo de Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu; posteriormente então, tivemos a satisfação de, na condição de membro desta Casa, haver-mos presidido a Comissão de Turismo e, ocupado a Vice-Presidência desta Assembléia Legislativa.

Acreditamos ser indispensável enfatizar esses aspectos da nossa vida pública, para que a proposta ora colocada em julgamento dos Srs. Deputados, venha a ter o respaldo da confiança que nosso trabalho tem o direito de exigir.

Trata-se, Srs. Deputados, de uma preocupação alicerçada no conhecimento prático dos problemas que envolvem o turismo em nosso Estado; ninguém pode ignorar, assim, que o impulso maior dado ao setor, em nosso Estado, teve início por ocasião da criação da Paranatur, em 1969, e que, desde aquela época, vem ditando a política de turismo do Paraná com inegável margem de acertos, especialmente durante esta última

diretoria, sob o comando de Ernesto Valente Gubert, Wilson Portes e Celso Figueiredo Freire.

Entretanto, Srs. Deputados, estamos convencidos que a importância desta área merece uma atenção toda especial dos poderes constituídos, já que nosso Estado vem se destacando no cenário nacional como um dos mais promissores na área turística, não só pelas belezas naturais representadas pelas Cataratas do Iguaçu e Vila Velha, entre outras, como pela diversidade de aspectos de atrair turistas de todas as partes do mundo e do próprio país.

O Estado do Paraná conta com uma completa infra-estrutura para atender à demanda turística nacional e internacional, que vai desde o Porto de Paranaguá ao lago de Itaipu, em Foz do Iguaçu, com estradas asfaltadas, aeroportos, agências de viagens, restaurantes e hotéis.

Nesse particular, o Paraná é o terceiro Estado em número de hotéis classificados, 145 ao todo, dos quais 52 hotéis nas categorias de 3 a 5 estrelas, de acordo com rigorosos padrões de classificação internacional adotados pela Embratur, contemplando o eixo Litoral/Foz e Norte do Paraná/Foz.

Estes dados, somente quanto ao ramo da hotelaria representam, em termos globais, 20.000 leitos à disposição, o que vem gerar o expressivo número de empregos diretos da ordem de 15.000 e uma projeção para os empregos indiretos termos mais de 50.000 pessoas empregadas.

Desta forma, Srs. Deputados, a criação da Secretaria do Turismo dotará o setor de um instrumental mais adequado ao seu integral desenvolvimento de suas características próprias, que perfeitamente justificam o presente requerimento.

É por todas essas razões, que estamos apresentando pela segunda vez a solicitação, que consideramos de extrema necessidade para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências os Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado das Finanças, apelando no sentido de que os servidores contratados como "Conferente" e que prestam serviços nas Agências Auxiliares de Renda do Estado da Secretaria das Finanças, em serviços idênticos aos de Agente Fiscal, possam ser enquadrados através de concurso seletivo interno, na carreira de Agente Fiscal.

Tal apelo se faz em razão da disparidade que existe atualmente nas carreiras de Conferente e de Agente Fiscal, tendo em vista que as atribuições nas duas carreiras, são de funções e responsabilidades idênticas e a remuneração atribuídas a uma outra se desnivelam de maneira gritante, ocasionando injustiça odiosa cometida contra servidores que de longa data vêm prestando relevantes serviços ao órgão arrecadador de nosso Estado. Nada mais justo que os servidores que prestam serviços como conferente, com grande proveito para a Administração Pública, através de um concurso seletivo interno, possam ser enquadrados na carreira de Agente Fiscal com as mesmas atribuições que até o momento vem desempenhando, porém sem a correspondente remuneração.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 43/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "COLÉGIO POLIVALENTE PEDRO BOARETTO NETO", o estabelecimento de ensino de 2.º grau da cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Cascavel e o Oeste paranaense perderam um dos seus mais destacados cidadãos: PEDRO BOARETTO NETO.

Sua morte, em trágico desastre na BR/277 também vitimou sua esposa, a Senhora Maria Dulce Pizzani Boaretto.

O lutuoso evento consternou profundamente a sociedade oesteana e mereceu, até, um pronunciamento de solidariedade desta Casa.

Pedro Boaretto Neto viera do Rio Grande do Sul, sua terra natal, há mais de 25 anos e, às custas de muito trabalho, honrado e incansável, formou respeitada família, sendo genitor do atual Secretário da Viação e Obras Públicas da Municipalidade de Cascavel, o engenheiro Pedro Luiz Boaretto.

Ponderável parcela do desenvolvimento econômico do Oeste de nosso Estado se deve a homens da envergadura de Pedro Boaretto Neto, que também se destacou por sua atuante participação comunitária, sempre devotado a causas filantrópicas.

Render homenagem a um cidadão que pautou sua vida na linha rigorosamente retilínea do caráter, atribuindo seu saudoso nome a um dos estabelecimentos de ensino de Cascavel, representa justa iniciativa a perenizar, perante a atual e próximas gerações de estudantes, um dos mais modelares exemplos humanos que conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças em plenário do Sr. Vereador, Líder da Bancada do PDS, do Município de Laranjeiras do Sul, José Augusto Becker Lima e de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Sr. Arnaldo Coneglianni.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Enfrentamos hoje, em todo o País, uma séria crise de empregos. O fenômeno não é privilégio de nenhum setor. É natural que a construção civil e outros setores que utilizam mão-de-obra menos especializada enfrentem problemas mais sérios. Dados levantados pelo Governo do Estado mostram que, no Paraná, o desemprego chega a ser alarmante: 10 mil pessoas são dispensadas todos os meses.

É em meio a este clima, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje estamos aqui, desta tribuna, para fazer uma séria denúncia: está havendo discriminação contra a mulher casada que sai de casa, todos os dias, em busca de emprego.

Não é uma nem duas empresas que estão a fazer isso, levando exatamente aquelas mulheres que mais precisam, ao desespero.

Trata-se de um autêntico absurdo e, além de um desrespeito à legislação trabalhista, uma falta de respeito para com a Declaração dos Direitos do Homem.

Vou citar para os nobres Pares um caso concreto, que ocorreu hoje: atraída por um anúncio de jornal, onde um jardim de infância dizia estar em procura de professoras, uma mulher casada cujo nome deixamos de apresentar, mas que, se necessário, poderemos dar aos companheiros, telefonou para o número indicado. Depois de dar todos os detalhes sobre seu currículo, que foi inclusive ressaltado pela direção do estabelecimento de ensino, a mulher foi vetada pelo simples motivo de ser casada.

E vamos dar o nome do estabelecimento de ensino: trata-se do Jardim de Infância "Umbrella", localizado no pomposo bairro do Jardim Los Angeles, na Rua Daltro Filho.

Não podemos admitir, em hipótese alguma, que em pleno Século Vinte, quando se assiste a redemocratização deste País, e quando se vê à frente uma das mais sérias crises econômicas em que o Brasil já esteve mergulhado, que a discriminação contra a mulher casada seja um fato concreto.

Mas ela não é privilégio só deste jardim de infância. Já recebemos denúncias de bancos, indústrias, firmas de vários ramos que também não aceitam mulheres casadas como funcionárias.

Isso é contrasenso, pois é exatamente a mulher casada, que sai em busca de emprego, quem mais precisa do trabalho. Afinal, ela tem os filhos para sustentar e, em alguns casos, é sozinha. Se não consegue trabalho na condição de viúva ou desquitada, como irá alimentar os seus filhos?

Fica aqui o nosso repúdio a esta atitude deste estabelecimento de ensino e dois pedidos:

1) dirigido à Secretaria da Educação, no sentido de que, se este jardim de infância for subvencionado pelo Governo, que este auxílio seja imediatamente cortado; e,

2) dirigido à Mesa, para que remeta cópia desta nossa denúncia ao general Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

Ausente, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A patrulha rodoviária do PDS, responsável pela saída de Curitiba para Florianópolis, errou. A patrulha havia acusado a Secretaria da Saúde de ter emprestado um automóvel para conduzir familiares do Diretor Geral a Florianópolis. Conferimos a denúncia, mas a patrulha estava equivocada.

Naquele momento, o automóvel se encontrava com o Dr. Teófilo, Presidente do IAM, em Paranaguá. No entanto, continuaremos anotando as denúncias, desejando aos nossos companheiros que continuem no seu profíquo trabalho de patrulhamento rodoviário.

Hoje pela manhã, presenciamos a cenas deploráveis, já comuns nesta Assembléia, ocorrida durante a CPI que ouvia o ex-titular da Secretaria dos Municípios, Dr. Saul Raiz.

Mas, chegamos a algumas conclusões, que queremos trazer a este plenário. Chegamos à conclusão de que o Dr. Saul Raiz, utilizou a sua Secretaria num amplo programa de ajardinamento e iluminação das cidades do interior, cidades com menos de 50 mil habitantes.

Chegamos à conclusão que a Secretaria dos Municípios não se preocupou com o planejamento e com a fixação do homem no interior. A Secretaria se comportou como um cartório de repasse de recursos.

Segundo o seu titular, ela não poderia fazer mais do que isto, pois possuía somente 20 auxiliares em seu quadro fixo de funcionários.

Hoje, no Governo do PMDB, algumas modificações se fazem nesta política municipal. A aplicação de recursos está a cargo da Secretaria do Planejamento. Os recursos, daqui à frente, serão orientados, segundo uma coerente proposta de administração e um programa sério, de fixação do homem no inte-

rior. O ex-Secretário da Administração defendeu na CPI, a sua política de repuxos e de lazer, como elemento de fixação do homem e de contenção do êxodo rural; engano dele. Quem se encanta com luzes brilhantes são as mariposas; o homem quer terra e trabalho; o homem quer educação e segurança; o homem quer uma perspectiva de futuro.

O "Projeto Mariposa", como foi já denominado pelo povo foi julgado e derrotado em 15 de novembro. O Secretário, realmente, não poderia defender o indefensável, um comportamento derivado de uma prática eleitoralista, que atinge no Estado, tanto o PDS, como atingirá também no futuro, sabemos, o PMDB.

Oportuna a presença do ex-Secretário na Assembléia, porque reabre uma discussão sobre correto papel da oposição hoje, que é fiscalizar o PMDB, para que não repitamos os seus próprios erros de ontem, erros que, de resto, haverão de ser incorporados na história do processo, da conquista dos espaços políticos democráticos. Erros de ontem, que devem ser considerados como experiência de hoje.

O tumulto na Comissão impediu a colaboração crítica de Saul Raiz, em relação a problemas urgentes, que estão colocados para todo o País no projeto de desenvolvimento urbano, enviado como mensagem ao Congresso, pelo Presidente Figueiredo.

O ex-Secretário dos Municípios, apesar de sua orientação conservadora e de ter-se enredado em uma proposta política autoritária, foi sem dúvida o melhor Prefeito que a antiga ARENA e o PDS ofereceram à Cidade de Curitiba.

Em nossa opinião, muitas vezes superior ao louvado e cantado em prosa e verso, Prefeito Jaime Lerner, que nunca teve uma política coerente de desenvolvimento urbano e sim uma excelente política de marketing eleitoral.

Perdeu a Assembléia com mais esta confusão; perdeu o PDS, perdeu o PMDB e perdeu o Governo do Paraná; na mesma medida em que nós do PMDB criticamos o Governo de ontem do PDS, queremos as suas críticas para melhor conduzir o nosso Governo de hoje.

O nosso compromisso é com o povo, com a democracia e com o pluripartidarismo. Não acreditamos, e eu pessoalmente não acredito que este PDS com o qual convivemos nesta Assembléia, seja o partido da desnacionalização, do arrocho e do empreguismo.

No Brasil, hoje, quem representa as posições e esses interesses, muito mais que qualquer partido, é o Estado nacional. Eu vejo, pressinto mesmo, a união da classe política e do povo, no caminho de um novo acordo nacional. Um acordo para a retomada do desenvolvimento em nossas bases, que contemplem as maiorias e dêem perspectiva à Nação brasileira.

Quero acreditar que o grande projeto do consenso nacional irá reunir Deputados do PMDB e do PDS, como toda sociedade civil organizada, em favor da retomada do processo de organização da Nação brasileira. Maiores que os compromissos partidários, são os compromissos com o povo e com a Nação. Porém, sem grande importância, é a política das patrulhas rodoviárias.

Concedo o aparte ao Deputado que me havia solicitado.
O Sr. Jorge Maia Filho — Muito obrigado, Deputado.

Apenas para repudiar algumas partes do seu pronunciamento, quando Vossa Excelência coloca que o ex-Secretário, Saul Raiz, afirmou hoje na CPI que a maneira de segurar o homem no interior seria construindo praças e fazendo iluminações.

Vossa Excelência não ficou até o final da sessão da CPI e não pode, talvez, aglutinar o que foi dito pelo ex-Secretário.

Ele explicou à CPI que ele foi autor de um projeto pioneiro no mundo para o atendimento aos municípios. Coisa que isso é decantada em todos os cantos que precisam tomar provi-

dências, e ele tomou providências. Arrumar recursos que, ao final, seria a fundo perdido aos municípios.

E como a Secretaria dele dispunha apenas de 20 elementos, ele delegou ao homem do interior e a nós homens do interior, aos prefeitos, aos vereadores, aos membros do diretório e da comunidade, que escolhessem as obras que achassem necessárias fazê-las em seus municípios.

Então, foi a própria comunidade, nobre Deputado, que escolheu as obras a serem feitas em seus municípios. Foi de uma forma participativa, de todos os elementos de uma comunidade. E não foi em todas as cidades que se instalaram praças e iluminações públicas. Algumas é que seriam tolhidas desse direito, que está tendo o homem das grandes metrópoles, de ter o seu ponto de encontro e de lazer, e escolher para que fossem feitas as praças. E assim foi feita a vontade da comunidade.

Mas Vossa Excelência falou do tumulto provocado hoje na reunião da CPI. Vossa Excelência não esteve até o final da reunião, quando não pode presenciar o despotismo e a forma ditatorial em que o Presidente daquela comissão conduziu a mesma, inclusive negando aos Deputados a participação em apartes de questões de ordem e de sugestões, ao ex-Secretário.

Inclusive, nobre Deputado, levando a sessão para momentos mais difíceis, quando ele ofendeu pessoalmente, Deputados do PDS presentes à sessão.

Que fique registrado, nobre Deputado, que a causa do tumulto, seja, toda ela, dada ao Presidente, que mostrou que, para aquela função, naquele momento, era totalmente incompetente. E quanto à afirmativa de Vossa Excelência de que o ex-Secretário disse que as praças e iluminação seriam — na opinião dele — uma maneira de assegurar o homem no interior, também não é verdadeira.

Quanto ao patrulhamento rodoviário que Vossa Excelência tanto cita, esse patrulhamento, como Vossa Excelência diz — rodoviário, está atento ao gasto do dinheiro público, e é mais saudável do que o patrulhamento ideológico constatado por Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Ilustre Deputado Jorge Maia, realmente o PMDB está extremamente satisfeito com o patrulhamento rodoviário, a colaboração que Vossas Excelências estão dando ao correto uso de veículos públicos, é considerada importantíssima, prioritária para a condução das Secretarias do PMDB; agora, a maneira como se insere dentro da política geral da Bancada de Vossa Excelência, não cabe a nós julgar.

A definição do ex-Secretário dos Municípios, Saul Raiz, em torno de sua proposta administrativa, foi bastante clara, assistência a municípios com menos de 50 mil pessoas, os tradicionais currais de votos, dos elementos mais conservadores do processo político, e sua definição pela proposta de que o meio retém o homem, foi também bastante clara; aliás, essa proposta é uma proposta urbanística equivocada, mas que também foi levada à ação, em Curitiba. Pretendia-se aqui, como pretendeu o ilustre ex-Secretário dos Municípios, que algumas melhorias na característica urbana do centro da cidade, faria com que empresários de multinacionais, considerando esta pseudo qualidade de vida, aqui se estabelecessem; é a idéia que o espaço criado pode condicionar o desenvolvimento, quando na verdade esse espaço, o elitismo na alocação de recursos públicos, é muito mais o resultado de um processo derivado da organização social. Mas eu acredito que, o problema, não é discutir, o problema é reformular esse tipo de orientação política-ideológica do urbanismo.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento) Deputado Requião, suas afirmações são procedentes, sólidas e concretas.

Não aceitamos a acusação de despotismo proposta por um Sr. Deputado do PDS, neste instante, e reafirmamos que os nossos critérios haverão de ser sempre os mesmos. Todos os Deputados serão bem-vindos a assistir as reuniões da CPI da Falência dos Municípios, mas sempre pretenderemos dar primeiramente a palavra aos integrantes da CPI para, posteriormente, ouvir os Deputados, como foram ouvidos, quem quis falar durante a CPI da Falência dos Municípios.

Quanto à competência ou incompetência, eu creio que o julgamento popular é mais competente para definir critérios, do que palavras volúveis e inconseqüentes de qualquer pessoa.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, transfiro a palavra ao Deputado Rubens Bueno, que irá utilizar o tempo restante das Lideranças.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno, no restante do horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A FUNDEPAR deverá enviar este ano, às Prefeituras de todo o Paraná, um montante de 700 milhões de cruzeiros, oriundos da programação dos recursos do salário-educação, que é um apoio às redes municipais de ensino, para o pagamento de seu pessoal docente de primeiro grau.

Esses recursos são bem menores do que os do ano passado, que superaram um bilhão e 800 milhões de cruzeiros, o que se pode prever, as dificuldades e até o retardamento do envio dessas verbas aos municípios.

A explicação que estamos dando é da Diretora Superintendente da FUNDEPAR, Professora Lilian Waichovitz, a esclarecer contudo que, 36 municípios já receberam parte dessa verba. Na ocasião da elaboração da programação desse mesmo recurso para o exercício de 83, no ano passado, a FUNDEPAR propôs a locação de um milhão e 660 milhões de cruzeiros. Por seu turno, a Secretaria de Estado das Finanças requereu o uso dos recursos oriundo da cota do salário-educação, para pagamento da cobertura da dívida e pagamento do pessoal docente vinculado ao ensino de primeiro grau.

A administração anterior da FUNDEPAR, em conjunto com a Secretaria de Educação, manteve contato com o Conselho Estadual de Educação, no sentido de alterar a programação de tal recurso, uma vez que a mesma ainda não havia sido apreciada por aquele colegiado.

Assim, alterou-se o projeto, reduzindo-se em 960 milhões de cruzeiros, restando portanto apenas 700 milhões de cruzeiros ao programa de amparo financeiro à rede municipal de ensino neste ano.

O critério que vem sendo utilizado pela nova administração da FUNDEPAR é atender primeiramente as Prefeituras mais necessitadas, dentre aquelas que mais precisam, e que não haja discriminação partidária como fora aqui propalada por um Deputado do PDS, agora com novo currículo profissional de "patrulheiro rodoviário", como diz o nobre Deputado Roberto Requião.

Se houve discriminação partidária na liberação dessas verbas, quem fez foi a administração anterior, pois os 36 municípios que já receberam os recursos da FUNDEPAR para este ano, 27 são governados por prefeitos do PDS, ao passo que apenas 9 têm na chefia do Executivo, homens do PMDB.

É bom deixar claro que tais convênios foram firmados antes de 15 de março de 83, portanto antes da posse do Governador eleito pelo povo, José Richa. E até 15 de março de 83, a direção da FUNDEPAR estava sob a orientação e tutela do Partido Democrático Social.

Os Municípios que receberam recursos da FUNDEPAR foram os seguintes (do PDS): Alvorada do Sul, Bandeirantes, Cafeara, Congoinhas, Cruzeiro do Sul, Guaíra, Guapirama, Iguaraçu, Iporã, Itambaracá, Ivatuba, Japira, Lobato, Mandaguáçu, Mandirituba, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Londrina, Horizonte, Pinhão, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Salto do Itararé, Santa Amélia, São João do Triunfo, São Jorge do Patrocínio e Xambrê.

Dessas 27 Prefeituras do PDS, totalizou um montante de verbas da FUNDEPAR, de 35 milhões e 250 mil cruzeiros, enquanto que as do PMDB totalizou exatamente 9 milhões e 600 mil.

Essa discriminação que os homens da "patrulha rodoviária" vêm a plenário denunciar. E os do PMDB, Municípios que receberam verbas da FUNDEPAR, são os seguintes: Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Dr. Camargo, Ibiaporã, Joaquim Távora, Maria Helena, Piên e Sertaneja.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Jorge Maia ou ao Sr. Deputado Erondy Silvério?

O Sr. Jorge Maia — Fuí eu quem pediu.

O Sr. Erondy Silvério — Eu não pedi, mas se Vossa Excelência quiser me conceder...

O SR. RUBENS BUENO — Com muito prazer, talvez tenha alguma instrução ao Sr. Deputado Jorge Maia.

O Sr. Erondy Silvério — Não, muito obrigado, nenhum componente da nossa bancada necessita de instrução. Todos os que aqui chegam, vêm com seus próprios méritos. E Vossa Excelência sabe disso.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, ao Sr. Deputado Jorge Maia.

O Sr. Jorge Maia — Deputado, eu declino ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. RUBENS BUENO — Refiro-me que concedi o aparte a Vossa Excelência e fica bastante claro que havia uma orientação do aparte do Deputado Erondy Silvério, que ele passou o aparte em seguida...

O Sr. Erondy Silvério — Eu agradeço.

Talvez Vossa Excelência, por telepatia, tenha me dado o aparte. Como Vossa Excelência estava falando, eu estava...

O SR. RUBENS BUENO — Tanto é verdade que ele concedeu o aparte a Vossa Excelência.

Ouçó Vossa Excelência com muito prazer, apesar de que não é costume nem praxe da bancada de Vossa Excelência, conceder apartes aos Deputados do PMDB.

O Sr. Erondy Silvério — Eu sempre concedi. E vou conceder quantas vezes Vossa Excelência queira ou deseje. Quero louvar a Vossa Excelência as qualidades telépáticas, porque não estava pensado em apartear-lo, apesar de Vossa Excelência estar incorrendo em erro nas afirmações que faz à Casa.

Não estava pensando em apartear-lo, porque daqui há poucos instantes eu ocuparia a tribuna para dizer que Vossa Excelência está laborando em erro.

Vou dizer a Vossa Excelência como existe discriminação. Em Almirante Tamandaré, Sengés, São Jerônimo da Serra, Bocaiúva do Sul, o ex-Governador Hosken de Novaes havia despachado o requerimento desses prefeitos, concedendo: a Almirante Tamandaré, 3 milhões de cruzeiros; a Sengés, 1 milhão e meio; a São Jerônimo da Serra, 2 milhões e a Bocaiúva do Sul, 1 milhão e meio, que seria a contribuição do Governo do Estado, através da FUNDEPAR. E por repasse da verba federal do salário-educação, para que esses municípios pudessem fazer face às despesas com o pagamento de professoras lotadas em estabelecimentos do Estado.

Muito bem. Esse despacho foi há 4 e 5 de março, tão logo assumiu a Superintendente da FUNDEPAR, resolveu pura e

simplesmente, suspender esses pagamentos, o que motivou...

O SR. RUBENS BUENO — Deputado Erondy Silvério, de 36, foram premiadas 27 Prefeituras do PDS. Vossa Excelência queria mais três?

O Sr. Erondy Silvério — Eu não discuto esse aspecto, nobre Deputado. Discuto a discriminação, e Vossa Excelência não pode negar. Estou dando dados...

O SR. RUBENS BUENO — Foi patrocinado pelo Secretário de Finanças de então.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno, e me reservo, se o nobre Líder...

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Deputado Erondy Silvério, acaba de confirmar as discriminações aqui neste Plenário. De 35 prefeituras, vinte e sete foram premiadas e ele ainda queria mais três. Sendo que das três...

(tumulto no plenário).

...Almirante Tamandaré, é reduto político do Deputado Erondy Silvério. É esta discriminação que tem que ser dita aqui nesta Casa.

E tem mais ainda ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO — Não permito. Vossa Excelência não teve condições de o fazer. Não concedo o aparte.

O Sr. Jorge Maia — É outro raciocínio.

O SR. RUBENS BUENO — E mais ainda, lembrar também do mérito da questão, quando a FUNDEPAR, junto com a Secretaria de Finanças do Governo do seu PDS, autorizou um corte de 700 milhões de cruzeiros de verbas das Prefeituras Municipais.

É esta a responsabilidade dos homens do PDS, que devem assumir publicamente. Não fazer como fazem, acusações inverídicas.

Como disse o Deputado Roberto Requião, transformaram-se, de parlamentares, em "patrolheiros rodoviários". Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário destinado à Liderança. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, por dez minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Não aceito, absolutamente, as acusações feitas pelo nobre Deputado Roberto Requião e Rubens Bueno, querendo atribuir à Bancada do PDS a condição de "patrolheiros rodoviários".

Particularmente não me considero atingido, porque não sou patrolheiro de nada, a não ser do decoro da função parlamentar e da boa aplicação dos dinheiros públicos.

Até acho muito normal um Secretário de Estado utilizar uma viatura em serviço público. Ele é um Secretário de Estado, está à serviço da coletividade, e às vezes, é obrigado a utilizar esta viatura em serviços particulares, para que não se afaste do seu serviço. Isto até foi feito em nosso Governo, no Governo anterior, e não vou me ocupar em banalidades desta natureza aqui, me constituindo em "patrolheiro rodoviário".

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

A tentativa irônica de dizer que somos "patrolheiros rodoviários" é o adjetivo do nobre Deputado Roberto Requião, e diria a Vossa Excelência que se orgulha a bancada do PDS em ser comparada com os "patrolheiros rodoviários" que prestam inestimáveis serviços à salvaguarda de vidas humanas nas rodo-

vias do Estado. E a Bancada do PDS tem sido sim, patrolheira rodoviária, para tentar salvar os desmandos, os descaminhos do Governo do Estado, do Governo peemedebista, que é o Governo das doze mentiras do Paraná.

Mas diria mais, nobre Deputado. Vejo que os Deputados do PMDB estão constrangidos com o fato de sermos patrolheiros rodoviários. Provavelmente eles, quando fizeram exame psicotécnico, não passaram, por isto é que estão dizendo que somos patrolheiros rodoviários e eles foram reprovados no exame psicotécnico.

Por outro lado, assisti uma parte apenas do discurso do Deputado Rubens Bueno: poupei-me de ouvi-lo por inteiro, porque não pude ouvir todas as inverdades constantes do pronunciamento de Sua Excelência. Entretanto, pude observar Sua Excelência que não entende o calendário eleitoral, porque o Governador deixou o mandato dia 15 de março. Entretanto, os Prefeitos assumiram dia 31 de janeiro e a 01 de fevereiro estavam no exercício da função. E um dos municípios que ele atribui a liderança do PDS, na verdade é do PMDB. É o caso de Capitão Leônidas Marques. Mas, é mais uma inverdade proferida aqui neste plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas não aceito quando o nobre Deputado Rubens Bueno, a pretexto de defender o seu Governo, traz como uma coisa extraordinária, o repasse do salário-educação a alguns municípios, haver acusado a nossa bancada, o nosso partido, de discriminação.

Não queria mais que se favorecessem mais quatro municípios. O que protestei, o que não achei correto foi o que o Governo do Estado que tem o dever, que tem a obrigação de prover os municípios através do salário-educação, pagando os vencimentos das professoras que lecionam em estabelecimentos estaduais, que o Governo fizesse de maneira homogênea a todo os municípios. Eu reclamei da discriminação do atual Governo com relação a 4 municípios, porque já estava deferido pelo ex-Governador, existia verba proveniente do repasse do salário-educação. Eu não queria três milhões a Almirante Tamandaré, que na realidade gasta 5 milhões e 400 mil no pagamento de mestres que lecionam em próprios estaduais naquele município. Queria apenas que o Governo do Estado não discriminasse esses municípios, que já havia tido um despacho favorável do ex-Governador Hosken de Novaes. E tão logo assumiu a Superintendente da FUNDEPAR, ela imediatamente cancelou o pagamento desses municípios, de um dinheiro que não é do Governo do Estado, que não é da FUNDEPAR, que faz parte do salário-educação. É bom que o Deputado Rubens Bueno Saiba disso.

Não é nenhum favor que o Sr. José Richa faz aos municípios paranaenses. Não foi favor algum que o Sr. Hosken de Novaes fez a Almirante Tamandaré, mas apenas o estrito cumprimento do dever. Esta é a realidade.

Agora, entendo perfeitamente a mágoa desta gente. Entendo perfeitamente a mágoa do Deputado Rubens Bueno. É claro, eles não têm nada a oferecer ao Paraná. Foi só promessas, demagogias, promessas eleitorais e difíceis de serem cumpridas. Hoje, evidentemente, eles procuram a via do ataque ao passado. A nossa bancada, o nosso partido, tentando se eximir de uma responsabilidade que assumiram perante a coletividade paranaense. Figue claro, Deputado Rubens Bueno. Almirante Tamandaré não quer discriminação; quer justiça, quer que o Governo do Estado pague às mestras que lecionam em próprios estaduais naquele município. Sob pena do Sr. José Richa passar à história daquele município como caloteiro. Só isso que queremos. Não queremos discriminação; queremos justiça, justiça que se fez no Governo anterior. Só isso que queremos.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me concedeu um aparte, e o concedo a Vossa Excelência, com todo

prazer, e não vou interromper o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno — Se Vossa Excelência achar que eu o incomodo, pode interromper. A palavra é sua.

O orçamento para este ano foi cortado em 700 milhões pela FUNDEPAR, orientado pelo Secretário de Finanças do então Governo do PDS. Portanto, em 83, o dinheiro que vai ser aplicado pelo Estado, não é aquele que deveria ser é aquele que foi pedido pela FUNDEPAR.

É interessante que se diga isso, e que não se esqueça, que essa culpa não é da Bancada do PMDB nem do Governo José Richa.

É o Orçamento do Estado que os Secretários de Estado aprovaram e que a subserviência do PDS nesta Casa...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Chega, nobre Deputado Rubens Bueno, chega de passar atestado de ignorância para o Paraná. Vossa Excelência detém a maioria nesta Casa. Emendem o Orçamento. Parem de mentir ao povo do Paraná.

O Sr. Rubens Bueno — Mas quem está mentindo é Vossa Excelência. Vossa Excelência vai à tribuna para mentir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, me assegure a palavra.

Parem de mentir ao povo. Parem de mentir ao povo. — (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

Esta Presidência encarece mais uma vez o comedimento dos Srs. Deputados, quando do uso da palavra.

Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu não posso em nome do comedimento, permitir mentiras.

O Sr. Rubens Bueno — Eu também não posso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Chegou o instante, Sr. Presidente, de o PMDB assumir a sua condição de Governo. De maioria nesta Casa. O Orçamento é insuficiente, pois bem: emende-se o Orçamento. Quer uma sugestão, nobre Deputado Rubens Bueno, 700 milhões de cruzeiros foram cortados; o que é uma inverdade de Vossa Excelência, porque isto é repasse do Governo Federal; é salário-educação. Mas vamos admitir que Vossa Excelência esteja falando a verdade; eu vou dar uma sugestão a Vossa Excelência. A Diretoria de Comunicação Social do Governo do Estado, está contemplada no orçamento do Estado.

O Sr. Rubens Bueno — Não existe diretoria de Comunicação Social, Vossa Excelência está enganado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O que existe subsecretaria. Não interessa a nomenclatura. Assegure-me a palavra, Sr. Presidente. — (Retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vou dar uma sugestão ao nobre Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito aos Senhores Deputados o cumprimento do Regimento Interno da Casa. Não é possível que continuemos com os nossos trabalhos sem a colaboração dos Srs. Deputados.

Solicito, mais uma vez, o cumprimento do Regimento Interno, exatamente na parte em que recomenda a postura e a cortesia na solicitação dos apartes. E lembro aos Srs. Deputados que a concessão ou não de apartes depende da vontade exclusiva do orador que está com a palavra. Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta e informa a Vossa Excelência que o tempo que lhe foi concedido está esgotado.

Entretanto, consulto à Liderança do seu partido se posso conceder. Eu descontarei ao final.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência usou meu tempo e eu não falei nem dois minutos. Não concordo com isso. Vossa Excelência usou meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa, atendendo a solicitação que Vossa Excelência me faz, concedo-lhe mais um minuto dos dez que a Liderança do seu partido lhe concedeu. Vossa Excelência está com a palavra mais um minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero, neste um minuto, fazer uma sugestão ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito que Vossa Excelência, no tempo disponível, descontado o tempo que foi aparteado indevidamente em plenário, com falta de decoro parlamentar, que Vossa Excelência conceda mais três minutos para que o Deputado Erondy Silvério conclua o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao ilustre Líder, que Vossa Excelência, no tempo destinado à Liderança, tem vinte e dois minutos, que se Vossa Excelência assim o desejar...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Vossa Excelência entende que a Liderança do PDS tem vinte e dois minutos, o Deputado Erondy Silvério tem cinco minutos para concluir seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não concorda.

A Mesa informa a Vossa Excelência que está anotando o tempo perdido pelo ilustre Deputado que está na tribuna. E concedeu-lhe um minuto do tempo descotado. O restante do tempo Vossa Excelência usará como bem entender.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja como sofisma o nobre Deputado Rubens Bueno.

Os setecentos milhões cortados com referência a FUNDEPAR, programa educacional, não foram relativamente a pessoal, ao pagamento de pessoal e ele sabe disto, ele é malicioso e faltou com a verdade a esta Casa.

O que foi cortado no Orçamento do Estado, foram os setecentos milhões em obras, dado as condições sócio-econômicas do Estado, as dificuldades pelas quais vem passando toda a Nação, mas, jamais, com relação a pagamento de pessoal. Então, ele faltou com a verdade.

Mas quero dar uma sugestão ao nobre Líder do PMDB: a Subchefia de Comunicação Social, tem oitocentos e cinquenta milhões no seu orçamento. O Governo hoje declara, todos os jornais dizem, que não se incomoda com a Oposição, que não pagou nada a um Canal de Televisão, para que transmitisse a sua mensagem de saudação ao trabalhador paranaense.

Então não precisa desse dinheiro. Está aí a Bancada do PMDB, com 34 Deputados — emendem o Orçamento, tirem da Subchefia de Comunicação Social e que sejam transferidos à Secretaria da Educação — FUNDEPAR — os setecentos milhões, ainda sobram cento e cinquenta milhões.

Era esta a sugestão que eu queria dar agradecendo a Vossa Excelência, e pedindo a Vossa Excelência, escusas por eu haver faltado com o decoro parlamentar, havendo dito que o Deputado faltara com a verdade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, no horário destinado ao Partido Democrático Social, por dez minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há dúvida alguma de que esta Casa perdeu hoje, uma grande oportunidade para ouvir, não um homem do PDS, ex-candidato ao Governo do Estado pelo nosso partido, mas, um urbanista, com formação intelectual internacional. Que foi Prefeito de Curitiba e que, como Secretário de Estado de

Desenvolvimento dos Municípios, implantou no Paraná uma nova filosofia para atender as nossas comunidades do interior.

Disse o nobre Deputado Roberto Requião, que, a sua conclusão da reunião desta manhã, foi a de que, a iluminação pública era uma prioridade dos programas da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios. Não percebeu Sua Excelência que, ao responder uma sua indagação, na conturbada reunião desta manhã, Saul afirmou que, todos os programas elaborados pela Secretaria que ele dirigiu, o foram com a participação ativa de Prefeitos, de Vereadores, de Lideranças comunitárias, inclusive nos municípios então administrados por homens ligados ao PMDB. Como também não deve ter percebido, que o depoente afirmou perante esta Casa, hoje pela manhã, que a preocupação de sua Secretaria e do Governo Ney Braga era com o Paraná como um todo, pela geração de empregos, para a localização da mão-de-obra e principalmente para a locação de recursos, para tentar restituir aos municípios, uma parcela das necessidades que hoje são subtraídas pelo sistema tributário vigente neste País.

Mas, perdemos também, Srs. Deputados, uma grande oportunidade para discutir o municipalismo no Paraná, porque, lamentavelmente, a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Municípios Paranaenses, é exercida — e eu peço vênia ao Deputado Tadeu França — por um Parlamentar sem preparo para a função, destemperado emocionalmente, um parlamentar que procurou impor, na Presidência dos trabalhos, a sua vontade pessoal, arranhando e ferindo o Regimento da Casa, e mesmo sendo Presidente da Comissão, sem se despir dessa condição, procurou induzir o debate nessa CPI, pela sua intromissão, intervindo, e repetindo-a por diversas vezes. Tão logo foram iniciados os trabalhos, o Deputado Erondy Silvério solicitava participação no debate e foi, neste momento, interrompido pelo Deputado Tadeu França, que chegou a acusar os parlamentares presentes no plenarinho desta Casa, de mafiosos, como se isto aqui fosse um porão da sociedade, como se este Poder fosse à sargate da rua, da pior rua, da pior cidade, como se este Poder não representasse todos os estados da sociedade do Paraná.

Mas não ficou só aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o despotismo como afirmou o Deputado Jorge Maia Filho, do Presidente da CPI dos Municípios, Deputado Tadeu Bento França. Ele foi muito mais além. Ele não teve sequer a elementar sensibilidade, para participar do debate deixando a Presidência, como mandam as normas que norteiam o funcionamento de uma CPI. Pasmem, Senhores Deputados, com menos de cinco minutos de depoimento, Saul Raiz foi interrompido abruptamente pelo Deputado Tadeu Bento França, sem que solicitasse a palavra, mas usando da prerrogativa de ser Presidente da Comissão...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor Presidente, pela ordem.

Estou querendo invocar o bom senso de Vossa Excelência, o Líder governista desta Casa, está usando de métodos que nós estamos abominando. Vossa Excelência está atrapalhando o orador que se encontra na tribuna. Vossa Excelência tenha educação nesta Casa. Falta-lhe educação, falta berço...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos) (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Mesa lamenta, mas suspende a sessão.
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, para que possamos dar continuidade aos trabalhos desta Casa.

Antes de prosseguir, a Presidência comunica aos Srs. Deputados que, muito embora constrangida, a cada tumulto que se verificar em plenário, provocado por qualquer dos Srs. Deputados, esta Presidência levantará os trabalhos, porque no

clima que se instala nesta Casa, não é possível à Mesa dirigir os trabalhos, e, com isto, perde a Assembléia e perde o Paraná, um tempo precioso que devemos aos nossos compatriotas.

Está com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro e comunica a Vossa Excelência que do tempo que lhe destinou Vossa Liderança, Vossa Excelência dispõe de três minutos.

O SR. TADEU FRANÇA (Pela ordem) — Peço inscrição para Explicações Pessoais, dada a verborragia reinante neste recinto contra a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Continuando, Sr. Presidente, lamento que a Casa toda, que o Paraná inteiro tivesse ou estivesse ausente durante a reunião desta manhã, para constatar a verborragia histórica do Deputado Tadeu Bento França. Aqui, sim, é verborragia, Sr. Deputado, quando Vossa Excelência, arbitrariamente, negava aos Parlamentares presentes, o direito de participar, não só desconhecendo a praxe parlamentar, a praxe da Casa, mas, desconhecendo os preceitos legais que foram lembrados a Vossa Excelência pelo seu companheiro de bancada, logo insuspeito, Deputado Fiori Luiz, quando afirmou a Vossa Excelência, para ajudá-lo, que qualquer Deputado, sem direito a voto, pode participar dos debates das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Mas, nem precisaria a lei, nem precisaria a praxe, Deputado Tadeu Bento França. Bastaria o bom-senso de Vossa Excelência, bastaria o princípio democrático, que deve presidir qualquer ação de qualquer dos Parlamentares com assento nesta Casa.

E eu vou mais além: bastaria que Vossa Excelência tivesse tranqüilidade para se despir das prerrogativas de Presidente e, para, da planície, discutir com todos os membros da CPI e com o depoente que veio a esta Casa, sem ter obrigação de vir, aqui veio em respeito ao Poder Legislativo, porque não está sujeito a nenhuma convocação, senão a um convite.

No entanto, como bem frisaram os nossos companheiros, e como bem disse o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que compunha o Plenário da CPI, Vossa Excelência quis roubar do depoente o lugar de figura central da Reunião Parlamentar de Inquérito, durante esta manhã. E foi de tal forma agressiva, descortês a atitude de Vossa Excelência que levou o Deputado Erondy Silvério, em represália, a se retirar do plenário, um Parlamentar que tem quantos e quantos anos de Casa, logo, tem muita experiência, porque viveu os momentos mais difíceis que, talvez, na história republicana do Brasil, o legislativo já tenha vivido por ocasião da excepcionalidade, e sempre encontrou dentro de si, as salvaguardas para proteger, sob o manto da dignidade parlamentar esta instituição que não é nossa, mas que é do povo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica a Vossa Excelência que o tempo que lhe destinou vossa Liderança, está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra por mais dois minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Então, Sr. Presidente, quando nós perdemos a oportunidade de discutir as propostas de desenvolvimento urbano do Paraná, quando nós atiramos pela janela a oportunidade de discutir com um urbanista, que foi reconhecido, daquela tribuna, como um grande Prefeito de Curitiba, pelo Deputado Roberto Requião, numa autocrítica. Temos que concluir que, especialmente, nós perdemos esta oportunidade pela arbitrariedade, pelo despreparo, pelo passionalismo do Presidente da CPI sobre os Municípios. Que caracterizou bem pela sua conduta opressora, hoje pela manhã, que realmente a sua intenção é transferir para uma CPI a conotação policial de um I.P.M., quando esta Assembléia não pode permitir que as duas figuras se confundam sob pena de nós

alcançarmos, ao nível mais baixo do debate, que nem nos convém e muito menos convém à sociedade do Paraná.

E ao concluir, quero reiterar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o compromisso do nosso companheiro de bancada para com esta Casa, que precisa de uma ampla reabilitação perante a opinião pública. Mas não será com a agitação do plenário, com as tentativas de impedir que se profiram discursos que nós vamos alcançar esta reabilitação. Mas, especialmente, pelo trabalho producente de cada um e pela participação de todos na construção da história do nosso Poder Legislativo.

Quero reafirmar a confiança que os nossos companheiros de partido têm na proposta que Saul defendeu como Secretário, na proposta que, hoje, consubstancia o primeiro plano de um governo desgovernado no Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel por oito minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável o estado de espírito e o clima que esta Casa vem vivendo nos últimos dias. Se não bastasse os acontecimentos deploráveis da semana próxima passada, no dia de hoje, lamentavelmente, as mesmas ocorrências vieram a se suceder.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a que ponto deve chegar a nossa preocupação. A imprensa que algumas vezes para cá vem à espera de fatos excepcionais, não os registros comumente, porém, da semana passada ao dia de hoje a imprensa vem aqui à espera do eventual, sabendo que o eventual vai acontecer. O eventual se descaracteriza e passa a ser o programado, o excepcional deixa de ocorrer e se transforma em comum. Não vai mérito nenhum ao jornalista que aqui chega para registrar um fato deplorável no Poder Legislativo. Porque os fatos deploráveis desgrazadamente estão a se repetir. E sobre nós homens públicos, pesa uma grave responsabilidade, neste instante.

Estamos aqui trabalhando e quem vem a esta Casa sem querer participar, acaba assistindo a um espetáculo circense. Ou nós tomamos uma posição diferente ou, lamentavelmente, a imagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná será referência desairosa no concerto político da Nação brasileira.

Com relação à CPI em que trata da insolvência dos municípios e cuja Comissão estou participando na condição, não apenas de simples integrante, mas também sou Relator da referida Comissão. Vale aqui confessar aos nobres Pares, esta Casa que se renovou praticamente na ordem de cinquenta por cento, também se renovou em suas comissões. A nossa CPI integrada por todos os companheiros bem intencionados, não dispomos nós de um processo existencial neste tipo de trabalho assessorio ao Poder Legislativo. Estamos pagando o preço do noviciado.

Faço aqui até uma confissão, nos primeiros contatos, nas primeiras reuniões, sempre batalhamos em favor dos melhores resultados. Este pacto de honra, que é inerente a cada um, é hoje sustentado por todos os integrantes da Comissão. Mas, na verdade, temos verificado alguns erros de ordem operacional. De fato, o ilustre Deputado Tadeu França tem ocupado a maior parte do tempo da Comissão, mas sempre num entusiasmo e com o senso de responsabilidade de fazer o melhor. Mas talvez por inexperiência, por compromissos partidários, — porque não dizer, Sua Excelência tem gasto tempo e tem ganho a notoriedade que não ganha o depoente. E foi o que aconteceu no dia de hoje.

Vejam bem os Srs. Deputados, aqui veio o Engenheiro Saul Raiz, homem público, profissional capaz, companheiro nosso de partido, candidato nosso a Governador, não eleito em 15 de novembro, veio com o espírito desarmado, disposto a co-

laborar, disposto a contribuir. Logo no início dos trabalhos o eminente Deputado Roberto Requião fez uma proposição que não é apenas dele, mas é de todos nós, que objetivamos que esta Comissão nos traga algum resultado palpável, algo de concreto para que nós, homens públicos do Poder Legislativo, possamos dar a nossa contribuição de resposta aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Dizia o eminente Deputado Roberto Requião ao depoente Saul Raiz, que ele nos trouxesse a sua contribuição cultural, intelectual, a sua contribuição existencial, no sentido de encontrar meios e fórmulas para superação de nossas dificuldades. E assim se comportou o ilustre depoente da manhã de hoje. Porém, dadas às primeiras partes do nosso encontro, lamentavelmente ocorreu aí sim um desencontro dos Srs. Parlamentares, a inexperiência do Presidente. Mas a falta de tranquilidade reinante naquele momento, fez com que o depoente Saul Raiz fosse colocado em plano secundário e, mais uma vez, esta instabilidade, tão comum nos últimos dias neste plenário, se repetiu lá embaixo, na CPI. E nós, desprazerosamente, ao confessarmos a nossa incapacidade, admitimos que a experiência do Deputado mais idoso, do Deputado que por aqui passou maior número de vezes, é indispensável na equilibrção de um trabalho desta envergadura.

Relembro aqui, com muito prazer, a intervenção do Deputado Fiori Luiz, naquela memorável atuação pessoal e moral que dignifica este Poder, quando não permitiu que o ilustre membro do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, administrasse e gerenciasse o nosso trabalho.

Lamentavelmente, o Deputado Tadeu França não adquiriu ainda estas condições. E, por isto, acabamos nos envolvendo num espetáculo lamentável.

De outra parte, quero deixar aqui registrado, e aí estão as notas taquigráficas, lá estão as fitas gravadas, o Engenheiro Saul Raiz trouxe uma inestimável contribuição no sentido de assessorar a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata dos problemas municipalistas. O ilustre visitante colocou o seu libelo contra o sistema tributário que aqui está e que ninguém de sã consciência, pode defendê-lo. Mas disse também que enquanto a reforma tributária não acontece, precisamos fazer alguma coisa.

Eu lhe fiz uma pergunta incisiva, o que ele poderia fazer neste instante e ele respondeu-nos, para que o plano estadual e o plano federal abram mão do bolo, diminuam um pouco a participação neste bolo, para atendimento imediato às necessidades do município.

De outra parte, a criatividade é indispensável. E citou como exemplo de criatividade, a criação da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, como órgão não só coordenador da ação, do trabalho, mas também como órgão executor de um projeto específico do Banco Mundial e que se configura no momento como grande projeto que o atual Governo coloca em implantação no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 96/82, que declara de utilidade pública a “Associação dos Servidores do Palácio Iguazu”, com sede e foro na cidade de Curi-

tiba. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/83, que suspende por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a aplicação do decreto legislativo n.º 95/83, de 08 de fevereiro de 1983, ou até a regulamentação uniforme do uso do relógio ponto no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência poderia informar se não se encontra sobre a mesa, requerimento de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, solicitando a votação nominal para o projeto de resolução em referência?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao ilustre Deputado que este requerimento não faz parte do processo do projeto. No entanto, está determinando à assessoria para que verifique a existência ou não desse requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, causa-me estranheza, que embora um dos Deputados mais humildes encaminhe à mesa um requerimento como encaminhamos ontem e, neste momento, Vossa Excelência não tem conhecimento, nós estranhamos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao ilustre Deputado que aguarda o requerimento de Vossa Excelência nesse sentido, se assim o desejar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Isso é problema seu. Muito obrigado, Sr. Presidente. Então vou retirar, Sr. Presidente, meu requerimento, porque já que Vossa Excelência não deseja, eu também não desejo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa irá proceder a verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para que possamos proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

A Mesa solicita do Sr. Deputado Tadeu França, como vota, porque se não me falha a memória, Vossa Excelência na primeira votação, o fez favoravelmente ao projeto.

O SR. TADEU FRANÇA — Esta votação que é válida, Sr. Presidente.

Esta posição, peço que seja anulada a anterior, peço que se considere para votação a posição atual.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa irá proceder novamente a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

A Presidência irá anunciar o resultado da votação.

Vinte e sete Srs. Deputados aprovam; um rejeita.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Vossa Excelência poderia por fineza declinar o nome do Deputado que rejeitou?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Neste último resultado de votação, Deputado Roberto Requião.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Houve uma declaração de voto do nobre Deputado Tadeu França, que Vossa Excelência não pode ignorar.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Requeiro de Vossa Excelência chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atende e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sempre confiei no espírito público de Vossa Excelência, na honradez de Vossa Excelência. Vossa Excelência sabe que o nobre Deputado Tadeu França fez declaração de voto. As notas taquigráficas registraram. Agora, porque o Deputado saiu do plenário, Vossa

Excelência tem que computar este voto e o projeto está aprovado em primeira discussão, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece a Vossa Excelência que foi procedido a segunda verificação de votação.

Se Vossa Excelência me permitir eu vou responder.

As verificações de votações que se sucedem nesta Casa são exatamente para dirimir dúvidas.

No último resultado, a Mesa anunciou o resultado verificado. A Mesa não tem como fazer ou obrigar que o Deputado permaneça na sua cadeira.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Concordo com Vossa Excelência, entretanto, Vossa Excelência como Presidente da Casa, pode consultar as notas taquigráficas, as sessões são gravadas. A declaração de voto do nobre Deputado Tadeu França, está aí clara, insofismável. São 29 votos, dois contrários e 27 a favor.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Quero esclarecer que a declaração de voto proferida pelo ilustre Deputado Tadeu França foi em uma verificação de votação, logo após foi feita outra, e ele não se encontrava em plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência faz nova verificação de votação, tendo em vista a manifestação do Deputado Mattos Leão, de votar favoravelmente, já que há dúvida. Vossa Excelência, por favor, faça nova verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem das solicitações, existe uma questão de ordem. O ilustre Deputado Gabriel Manoel pedindo a chamada nominal.

O SR. GABRIEL MANOEL — Retiro.

O SR. PRESIDENTE — Havendo retirado, procedo nova verificação de votação, conforme solicitado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Solicito aos Srs. Deputados que retomem os seus lugares. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e oito Srs. Deputados votaram favoravelmente ao projeto. Nenhum rejeita.

Não há "quorum".

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela ordem) A sua presença não vale nada nesta Casa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — O Deputado Roberto Requião pediu verificação de "quorum". Vossa Excelência concedeu a verificação de "quorum" porque o Deputado estava em plenário. Desde que o Deputado desapareceu, não existe verificação de "quorum", e a presença de Vossa Excelência nessa Presidência nos dá o "quorum" necessário para aprovação deste projeto.

São 57 Srs. Deputados nesta Casa, e existe um de licença.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a Vossa Excelência que esta Casa compõe-se de 58 Srs. Deputados. Então precisa de maioria, mais um, precisa a presença de 30 Srs. Deputados para que haja deliberação de "quorum".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O nobre Deputado Roberto Requião requereu verificação de votação. Estava aprovado. O Deputado Roberto Requião está aí atrás.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela ordem) O Deputado Roberto Requião desistiu da verificação de "quorum". Eu respondo pela Liderança do PMDB.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Pela ordem) O voto do Líder da Bancada Situcionista já tinha que ficar registrado, foi feito delcaração, deve ser contado. No entanto, se não for contado, Sr. Presidente, pela ordem, a Casa compõe-se de 58 Se-

nhores Deputados, tendo um em licença, por isso são 57 para efeito de "quorum". De 57, 29 Srs. Deputados, dá "quorum". Vinte e oito votaram sim, com a presença de Vossa Excelência que completa o "quorum" de 29 Srs. Deputados. Acho que a matéria, Sr. Presidente, no meu entendimento, data vênica, é aprovada, mesmo com o número de votantes.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não entende, respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, a Mesa não entende...

Se Vossa Excelência me permite decidir e responder à questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado, logo após eu concederei a palavra, pela ordem.

A Mesa não entende, Deputado Augusto Carneiro, que a licença temporária de um Deputado, e cuja licença... Solicito dos Srs. Deputados que dêem tempo à Mesa, para dirimir as dúvidas que estão sendo levantadas junto à Assessoria da Mesa. O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao Plenário que a licença de um Sr. Deputado não altera o "quorum". Nós somos 58 Srs. Deputados. Não foi convocado nenhum suplente, porque a licença é por 30 dias. (Tumulto). Estou tentando que o Plenário se acalme para que eu possa responder às dúvidas de Vossa Excelência.

O "quorum" para votação na Assembléia, de um colegiado composto de 58 Srs. Deputados precisa a presença de 30 Srs. Deputados para que possa deliberar. Portanto, em função da verificação de "quorum" verificada, conforme o solicitado pelo Deputado, não há "quorum" para deliberação.

No entanto, se Vossas Excelências não concordam com a decisão da Mesa, cabe-lhes o recurso regimental de apelar ao Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende, por liberalidade, porque Vossa Excelência está falando sobre o mesmo assunto, pela ordem, mais de uma vez. Por liberalidade, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência tomou uma decisão ao arrepio da Constituição e do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não concorda!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência pode não concordar, eu respeito, ainda mais sendo meu conterrâneo, respeito. Mas, Vossa Excelência há de convir que foi a Comissão Executiva quem concedeu a licença a um nobre Sr. Deputado e não convocou suplente...

O SR. PRESIDENTE — Foi o Plenário quem concedeu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E não convocou suplente...

O SR. PRESIDENTE — Porque a Lei não permite.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O "quorum", portanto, passa a ser 57, 28 e mais 1. Vossa Excelência deu "quorum" para aprovação da matéria. Eu não entendo porque que Vossa Excelência não quer atender o parecer unânime da Comissão de Justiça, o parecer unânime da Comissão de Recursos Humanos, unicamente para satisfazer o capricho de um Deputado que está "sub-judice", que é o primeiro Secretário desta Casa, que elaborou um contrato imoral, que não existe nem um Decreto Legislativo autorizando esse contrato.

Esse Sr. Deputado que está apresentando o funcionalismo desta Casa à opinião pública como uma corja de aproveitadores e de vagabundos. Não entendo a posição de Vossa Excelência, que hoje é maioria nesta Casa. Quem pode manda e quem não pode obedece. Vossa Excelência está exorbitando da função de Presidente. Eu aceito!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Estou respondendo a uma questão de ordem, e solicito a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, que aguarde eu responder e, logo, passarei a palavra a Vossa Excelência, pela ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Assim que eu responda à questão de

ordem levantada pelo ilustre Deputado Erondy Silvério.

A Mesa não pode, a Presidência não pode fugir ao que determina o Regimento. Estou presidindo os trabalhos, e para que haja votação, a Mesa não tem poder de voto, depende do Plenário. Se os Srs. Deputados não comparecem ao plenário, não é responsabilidade da Mesa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Primeiramente, solicito a Vossa Excelência que determine ao Departamento de Som, que ligue o nosso som, Sr. Presidente, porque nós estamos sendo sabotados aqui, Sr. Presidente.

Eu pedi três vezes, Sr. Presidente, e Vossa Excelência passou por cima de um Deputado humilde. Queria que Vossa Excelência explicasse — com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência e pela Comissão Executiva — eu queria que Vossa Excelência me explicasse onde está escrito, Sr. Presidente, qual o artigo que diz, que um Deputado licenciado com a devida autorização da Comissão Executiva, possa constar, o seu voto, Sr. Presidente? Ou então, deveríamos ter chamado o Suplente. É isto que me causa estranheza, Sr. Presidente, e me causa espécie, Sr. Presidente! Vossa Excelência haverá de nos orientar, Sr. Presidente, e nos dizer, quando um Deputado sai de licença autorizado por Vossas Excelências, como ele pode votar, Sr. Presidente, como ele pode ser contado, e o seu voto, Sr. Presidente? Vossa Excelência me perdoe mas isto não me cabe, não cabe na nossa filosofia, Sr. Presidente!

Ao mesmo tempo, solicitaria verificação de votação, Sr. Presidente, novamente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de formular um apelo a Vossa Excelência, no sentido de atentar com profundidade, para a argumentação do Deputado Augusto Carneiro, sobre o "quorum" desta Casa, diante do pedido de licença que este Plenário concedeu e que a Comissão Executiva homologou, do ilustre Parlamentar Deputado Wilson Fortes.

É evidente, Sr. Presidente, que, se esta Casa está com um Deputado a menos já que o Suplente não foi convocado, o número para a verificação de "quorum" dos Srs. Parlamentares é de 57, porque não se pode estabelecer o "quorum" para as reuniões e deliberações da Casa, sobre 58 Parlamentares, se, 57 estão no exercício do seu mandato.

E mais, Sr. Presidente: se definitivamente Vossa Excelência não entender desta forma, nós recorreremos da decisão de Vossa Excelência e invocamos pela soberania do Plenário, para decidir quanto à Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Respondendo à Questão de Ordem levantada pelo ilustre Deputado Airton Corro, a Mesa reafirma o seu entendimento: a Mesa não entende que, a licença de um Deputado possa alterar o "quorum" da Assembléia. Esta é a decisão da Mesa e quer atender a Questão de Ordem de Vossa Excelência, de, recorrer ao Plenário, desta decisão; antes porém, concedo a palavra, pela Ordem, ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, esta minha Questão de Ordem é mais para uma questão de ilustração que eu peço a Vossa Excelência, e que Vossa Excelência não entenda que seja de maneira ostensiva, a Vossa Excelência.

Apenas há uma dúvida que pairou, a este Deputado: quando Vossa Excelência colocou o projeto em votação e declarou o projeto, aprovado, o ilustre Vice-Líder da Bancada do PMDB, Deputado Requião, pediu verificação de votação; mas, o ilustre Deputado Vice-Líder não mais se encontra no Plenário. Então, no meu entender, nobre Presidente, salvo engano, para o que eu peço a Vossa Excelência uma explicação, este projeto deu-se por aprovado, pela ausência do Líder da Bancada do PMDB, o qual pediu verificação de votação e retirou-se da bancada — logo após, o Deputado Anibelli veio, pela Lide-

rança do PMDB, desistir da verificação de votação, e, como Vossa Excelência havia já declarado o projeto, aprovado, no meu entender, salvo engano, e peço explicações a Vossa Excelência, o projeto na realidade consta como aprovado!

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa deseja esclarecer a Vossa Excelência, que o processo de votação na verificação de votação, a contagem, é feita pela presença física do Deputado; se ele não se encontra em plenário no momento da contagem do seu voto, não há como, a Mesa não tem como computar essa presença conforme Vossa Excelência deseja. Portanto, a Mesa mantém a decisão anteriormente tomada e concede a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com o máximo respeito que tenho por Vossa Excelência na Presidência desta Casa, entendo, Sr. Presidente, que a licença do Deputado Wilson Fortes foi aprovada por unanimidade por esta Casa. Portanto, legal essa licença.

Se o Regimento Interno impede que nesse prazo de trinta dias se convoque um outro Sr. Deputado, esta Casa permanece com 57 Srs. Deputados e se permanece com 57 Senhores Deputados, não tem como exigir um "quorum" de 58. Por isso, faço um apelo a Vossa Excelência. Sei que no Regimento Interno diz que o "quorum" é 58, mas, um caso especial de uma licença de um Sr. Deputado que não pode ser substituído, passou esta Casa a ter 57 Senhores Deputados.

Portanto, o "quorum" tem que ser baseado em 57, e faço um apelo a Vossa Excelência para que reconsidere esta posição e querendo, poderá ainda recorrer ao Plenário, para esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Respondendo à indagação que Vossa Excelência me faz, quero reafirmar o entendimento que a Mesa tem sobre o assunto. Não entendi que o "quorum" da Assembléia possa ser modificado, senão nos casos de afastamento definitivo, de cassação de mandato ou de morte de algum dos Senhores Deputados. Este é o entendimento da Mesa.

Quero declarar a Vossa Excelência que atenderá a questão de ordem levantada pelo Deputado Ailton Cordeiro, sem o menor constrangimento. Coloco à decisão do Plenário, que deve ser soberana. Quanto à posição que a Mesa...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Gostaria que antes que Vossa Excelência submetesse a Plenário a decisão que Vossa Excelência acaba de proferir, que Vossa Excelência deferisse o pedido desse Deputado, de chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende a solicitação de Vossa Excelência e solicita do Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Trinta Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação. Está em votação o Projeto de Resolução n.º 4/83.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 97/82, que declara de utilidade pública o "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 97/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 111/82, que declara de utilidade pública o "LAR DE NAZARÉ", Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 111/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR DE NAZARÉ — Assistência à Velhice Desamparada, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 131/82, que declara de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede e foro no Município de Colombo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 131/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Nós gostaríamos que fosse, como tema de sugestão, fosse criado pela Mesa, um livro especial para que todas as decisões da Mesa como esta tomada hoje por Vossa Excelência, sejam anotadas e, posteriormente, com a modificação do Regimento Interno da Casa, conste do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Informo a Vossa Excelência que esta obrigatoriedade já consta do Regimento Interno e a Mesa irá atender, fazendo constar a decisão que a Mesa tomou hoje com relação ao problema do "quorum" para as votações.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de sete (07) Srs. Deputados, destinada a realizar estudos visando a criação da Caixa Econômica Estadual do Paraná. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerimento de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere.

O SR. TADEU FRANÇA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

A Mesa informa que seis Srs. Deputados votaram favoravelmente e nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, estava solicitando antes da votação Pela Ordem, para fazer chamada nomi-

nal. Eu não fui atendido, talvez não tenha sido ouvido por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder a chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência já anunciou o resultado da presença dos Deputados em plenário e, conseqüentemente, Vossa Excelência não pode nem conceder pela ordem a palavra ao Deputado Tadeu França. Conseqüentemente, fica invalidado o seu pedido e chamada nomi-

nal. Solicito que Vossa Excelência adote a decisão que a própria Mesa adotou quando assumiu, proclamou o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa acata a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em sessão anterior.

Levanta-se a sessão.